

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A 35ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Companhia Celg de Participações - CELGP PAR ("Celgpar") é uma sociedade por ações e de capital autorizado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério de Estado da Fazenda - CNPJ/MF, sob o número 08.560.444/0001-93.

A Celgpar encontra-se registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde o dia 14 de março de 2008, sob o número 2139-3, enquadrada na categoria A, nos termos do Art. 2º, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Os atos constitutivos da Celgpar estão arquivados no registro de comércio, especificamente na Junta Comercial do Estado de Goiás - Juceg, sob o Número de Identificação de Registro de Empresas - Nire 52300010926.

O Estatuto Social, de 30 de janeiro de 2012 ("Estatuto Social"), está registrado na Juceg e, acatada a disposição presente no Art. 30, Inciso XIII, da Instrução CVM nº 480/2009, foi disponibilizado, nos portais da CVM e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Bovespa").

As Políticas de Divulgação de Informação e de Negociação de Valores Mobiliários, de 2 de março de 2010 ("Políticas de Divulgação de Negociação"), estão arquivadas na Juceg e inseridas nos portais da CVM e da Bovespa (Art. 30, Inciso XI e Inciso XII, Instrução CVM nº 480/2009).

Os valores mobiliários de emissão da Celgpar, representados integralmente por ações ordinárias escriturais, administrados pela instituição depositária Banco do Brasil S.A., são negociados no mercado de valores mobiliários, especificamente na Bovespa.

A Celgpar é proprietária de 49% (quarenta e nove por cento) das ações de emissão da Celg Distribuição S.A. - CELG D e da totalidade das ações de emissão da Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT, constituída na modalidade de subsidiária integral.

A 35ª Assembleia Geral Extraordinária ("35ª Assembleia") será realizada no dia **23** (vinte e três) de **fevereiro de 2015**, às 10 (dez) horas, na respectiva sede social, convocada mediante aviso societário denominado Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária ("Edital de Convocação").

O Edital de Convocação da Celgpar observou atentamente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, normas da CVM, Estatuto Social, e os dispositivos presentes nas Políticas de Divulgação e Negociação da Celgpar.

Os aspectos principais, procedimentos e demais considerações, inclusive o detalhamento das matérias incluídas na Ordem do Dia, estão discriminados nesta Proposta da Administração para a 35ª Assembleia Geral Extraordinária ("Proposta da Administração").

A administração da Celgpar, objetivando o atendimento aos requisitos exigidos pela Lei nº 6.404/1976, normas emanadas da CVM, Estatuto Social e pelas Políticas de Divulgação e de Negociação, determinou o cumprimento das seguintes formalidades:

- I. divulgação do Edital de Convocação, simultaneamente, por 3 (três) vezes consecutivas, com prazo mínimo de antecedência de 15 (quinze) dias (Lei nº 6.404/1976, Art. 124, § 1º, Inciso II), haja vista a condição de companhia aberta;
- II. veiculação do Edital de Convocação no Diário Oficial do Estado de Goiás ("Diário Oficial") e, também, no jornal O Popular, programada, impreterivelmente, para os dias 5 (cinco), 6 (seis), e 9 (nove), do mês de fevereiro de 2015;
- III. remessa do Edital de Convocação, concernente à 35ª Assembleia, na mesma data de publicação do primeiro anúncio, pelo sistema de Informações Periódicas e Eventuais - Sistema IPE, dirigida à CVM e Bovespa, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGE" e Espécie "Edital de Convocação";
- IV. disseminação da Proposta da Administração aos acionistas, coincidente com a publicação do primeiro anúncio de convocação da 35ª Assembleia (Art. 6º, Parágrafo único, Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009), contendo o detalhamento das matérias;
- V. encaminhamento da Proposta da Administração, para a CVM e Bovespa, conforme disposição presente na Lei nº 6.404/1976, Art. 124, § 6º, pelo Sistema IPE, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGE", Espécie "Proposta da Administração";
- VI. os acionistas poderão obter cópia da Proposta da Administração na Superintendência de Relacionamento com Acionistas, localizada na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Parte, Edifício Gileno Godói, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-180, Goiânia - Goiás; e
- VII. os dados introduzidos no Sistema IPE, mencionados nesta Proposta da Administração, estão alocados, concomitantemente, nos portais da CVM e da Bovespa, bem como disponibilizados no portal da Celgpar, no endereço <http://www.celg.com.br>.

As matérias constantes da pauta do Edital de Convocação estão identificadas na Ordem do Dia (**Item 1** ao **Item 3**), objeto de deliberação, consistindo dos seguintes itens e proposições, vinculadas às respectivas matérias apresentadas na mesma ordem sequencial:

## 1. ELEIÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Item 1, das matérias inscritas na referida Ordem do Dia, constante do Edital de Convocação, encontra-se representada pela expressão "Eleger membros do Conselho de Administração, representantes do acionista controlador".

Esta matéria compreende eleição com o propósito de promover substituição de 2 (dois) membros representantes do acionista controlador no Conselho de Administração, inexistindo intervenção nas vagas destinadas aos representantes dos acionistas minoritários e dos empregados.

A fixação do percentual para a requisição de voto múltiplo no Edital de Convocação, disposto na Instrução CVM nº 165, de 11.12.1991, com a redação dada pela Instrução CVM nº 282, de 26.06.1998, embora discriminada no Edital de Convocação, é dispensável e desnecessária, tendo em vista:

- substituição apenas de representantes do acionista controlador;
- processo de voto múltiplo não aplicado na eleição ocorrida no âmbito da 7ª Assembleia Geral Ordinária, de 19 de julho de 2013; e
- inexistência de acionistas, isoladamente ou em conjunto, além do controlador, que detenham participação igual ou superior a 5% (cinco por cento).

Os eleitos nesta 35ª Assembleia, observado o *caput* e o § 10, do Art. 18, do Estatuto Social, terão mandatos coincidentes com os remanescentes, designados em 19 de julho de 2013, sendo os mesmos encerrados com a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2015.

As pessoas eleitas como componentes do Conselho de Administração terão que preencher alguns requisitos exigidos pela legislação societária para o exercício das atribuições do cargo, exceto a condição de acionista.

Salienta-se que o Art. 6º, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, retificada no Diário Oficial da União, em 29 de junho de 2011, atribuiu nova redação ao Art. 146, *caput*, da Lei nº 6.404/1976, dispensando a necessidade do Conselheiro de Administração ser acionista da Sociedade por Ações.

A ata da 35ª Assembleia deverá conter a qualificação e o prazo de gestão das pessoas eleitas, observado o respectivo arquivamento no registro do comércio e, em seguida, providenciar a publicação (Lei nº 6.404/1976, Art. 146, § 1º).

Outro requisito importante refere-se à observância da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, que dispõe sobre a declaração das pessoas eleitas, na condição de membro do Conselho de Administração de companhia aberta (Art. 147, § 4º, Lei nº 6.404/1976).

O Termo de Adesão às Políticas de Divulgação e Negociação deverá ser firmado, de maneira a preservar o acatamento ao Art. 15 e Art. 16, Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e Art. 2º, *caput*, das Políticas de Divulgação e Negociação.

Os conselheiros eleitos deverão informar, em formulário próprio, o número de valores mobiliários de emissão da Celgpar que, eventualmente, possuam, e a de pessoas ligadas (Art. 26, *caput* e § 1º, das Políticas de Divulgação e Negociação, Art. 11, Instrução CVM nº 358/2002).

Essas quantidades de valores mobiliários serão informadas à CVM e Bovespa, por meio do Sistema IPE, no prazo de até 10 (dez) dias do mês subsequente a essa eleição (Art. 116-A, Lei nº 6.404/1976, e Art. 11, § 5º, Inciso II, Instrução CVM nº 358/2002).

Os dados indicados no Art. 10 (Instrução CVM nº 481/2009) poderão ser acessados na página da CVM e da Bovespa, haja vista o envio pelo Sistema IPE, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGE", Espécie "Proposta da Administração" e Assunto "Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal".

Os aludidos dados estão sendo transmitidos na data de publicação do primeiro anúncio do Edital de Convocação, em acatamento ao Art. 6º, Parágrafo único, da Instrução CVM nº 481/2009, constando da sequência desta Proposta da Administração, página 4 à página 11.

## 2. DELEGAÇÃO DE PODERES

A segunda matéria, constante do Edital de Convocação, é representada pelo termo "Incumbir à Diretoria da Celgpar a implementação de todas as medidas decorrentes da matéria deliberada, bem como a execução das demais providências complementares".

Os acionistas, ainda, reunidos na 35ª Assembleia, deverão deliberar sobre a atribuição e autorização à Diretoria, objetivando praticar todas as demais medidas necessárias e imprescindíveis para a implementação desses eventos.

Os representantes legais da Celgpar, no estrito cumprimento de suas atribuições, necessitam tomar essas medidas em decorrência das matérias aprovadas, objetivando a complementação dos atos e, conseqüentemente, promover a produção de eficácia.

### **3. DIVULGAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES**

A terceira e última matéria, constante do Item 3, da Ordem do Dia, do Edital de Convocação, encontra-se representada pela expressão "Autorizar a execução de atos relativos à publicação da ata da Assembleia e das respectivas deliberações".

Enfatiza-se a faculdade de publicação com a omissão das respectivas assinaturas e, também, na forma de extrato da ata da 35ª Assembleia (Art. 130, § 2º e § 3º, Lei nº 6.404/1976), e, ainda, foi recomendada a adoção das seguintes medidas:

- a) arquivamento e registro da ata da 35ª Assembleia na Juceg, acompanhada de via da Proposta da Administração e de vias das publicações de cada jornal e de cada dia, contendo o Edital de Convocação;
- b) transmissão da ata da 35ª Assembleia, acompanhada, em um único arquivo, se for o caso, do respectivo extrato de ata, para a CVM e Bovespa, pelo Sistema IPE, na Categoria "Assembleia", Tipo "AGE" e Espécie "Ata";
- c) inserção da ata da 35ª Assembleia, acompanhada, em um único arquivo, se for o caso, do respectivo extrato de ata, no portal da Celgpar;
- d) publicação integral da ata da 35ª Assembleia, no Diário Oficial (Art. 289, caput, primeira parte, e § 3º), acompanhada de nota informando sobre a veiculação de ata ou de extrato de ata no jornal editado na localidade da sede da Celgpar;
- e) publicação integral da ata da 35ª Assembleia, ou do respectivo extrato, no jornal editado na localidade da sede da Celgpar (Art. 289, caput, segunda parte, e § 3º), acompanhada de nota relatando sobre a publicação de ata no Diário Oficial; e
- f) arquivamento e registro das vias do Diário Oficial e do jornal editado na localidade da sede da Celg D, contendo as publicações da ata da 35ª Assembleia, na Juceg (Art. 289, § 5º, Lei nº 6.404/1976).

Goiânia, 5 de fevereiro de 2015.

**Braulio Afonso Morais**  
**Diretor Vice-Presidente**  
**e de Relações com Investidores**

**Anexo:** os dados indicados pelo Art. 10, da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009, detalhados no Item 12.6 ao Item 12.10 (página 4 à página 11), do Formulário de Referência, instituído pela Instrução CVM nº 480/2009, são partes integrantes desta Proposta da Administração.

Item 12.6 ao Item 12.10 do Formulário de Referência  
(Art. 10, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **5** à página **11**

ÓRGÃO	NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	DATA DE ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NO EMISSOR	INDICAÇÃO SE FOI ELEITO PELO CONTROLADOR OU NÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	ANA CARLA ABRAO COSTA	45	ECONOMISTA	836.130.727-34	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	23.02.2015	23.02.2015	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2015	INEXISTENTE	INDICADO PELO CONTROLADOR
	ADEMIR ISMERIM MEDINA	58	ADVOGADO	077.201.495-72	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO	23.02.2015	23.02.2015	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2015	INEXISTENTE	INDICADO PELO CONTROLADOR



**12.7** Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

**INEXISTENTE**

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

A. CURRÍCULO:

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

NOME:	ANA CARLA ABRAO COSTA
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Doutora em Economia. Atual Secretária de Estado da Fazenda de Goiás.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

NOME:	ADEMIR ISMERIM MEDINA
I. PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS, INDICANDO: NOME DA EMPRESA CARGO E FUNÇÕES INERENTES AO CARGO ATIVIDADE PRINCIPAL DA EMPRESA NA QUAL TAIS EXPERIÊNCIAS OCORRERAM, DESTACANDO AS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES QUE INTEGRAM (I) O GRUPO ECONÔMICO DO EMISSOR, OU (II) DE SÓCIOS COM PARTICIPAÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR	Advogado. Assessoria jurídica à Administração Pública de diversos municípios do Estado da Bahia em execução ou executada. Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Salvador-BA, no período de 1984 a 1986. Procurador Jurídico do Departamento de Telecomunicações do Estado da Bahia - Detelba. Presidente da Comissão de Licitação do Detelba. Diretor Geral do Detelba. Assessor de Deputado na Câmara Federal. Procurador do município de São Francisco do Conde desde 1999. Assessor Jurídico da União das Prefeituras da Bahia - UPB. Presidente da Comissão Eleitoral da OAB/BA.
II. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS	

**B. DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS:**

i. qualquer condenação criminal  
**INEXISTENTE**

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas  
**INEXISTENTE**

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer  
**INEXISTENTE**

**12.9.** Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor  
**INEXISTENTE**
  
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor  
**INEXISTENTE**
  
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor  
**INEXISTENTE**
  
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor  
**INEXISTENTE**

**12.10.** Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor  
**INEXISTENTE**
  
- b. controlador direto ou indireto do emissor  
Ana Carla Abrao Costa - Secretária de Estado da Fazenda de Goiás.
  
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas  
**INEXISTENTE**